

# EUA TEMEM A VOLTA DA INDEXAÇÃO

Adriana Chiarini

Da equipe do **Correio**

A exemplo do Fundo Monetário Internacional (FMI), a Secretaria do Tesouro dos Estados Unidos está acompanhando bem de perto a crise econômica brasileira. Ted Truman, secretário assistente para Assuntos Internacionais do Tesouro norte-americano, que acompanhou em Washington a visita do ministro da Fazenda, Pedro Malan, aos Estados Unidos na semana passada, visitou autoridades em Brasília no início desta semana. Mostrou-se especialmente interessado nas projeções do governo para a inflação e reagiu com incredulidade ao ouvir a estimativa de que a taxa ficaria em torno de 10%. “Em que período?”, perguntou, levando o interlocutor a concluir que o governo americano está prevendo uma inflação bem maior no Brasil este ano.

A grande preocupação de Truman, revelada em conversas no Brasil, é identificar o nível de inflação que provocaria a volta da indexação (reajuste automático) de preços e sala-

rios. Integrantes da equipe econômica consideram que se a inflação não passar de 20% este ano, é possível manter a economia desindexada e salvar o programa econômico. Mais do que a própria inflação, os economistas do governo temem a reindexação, que acabaria de vez com o Plano Real. Eles lembram que a indexação realimenta o processo inflacionário continuamente e isso poria um fim à estabilidade conquistada pelo programa econômico.

“Manter a legislação atual é fundamental para que a economia não busque a reindexação”, disse o presidente do Banco Central, Francisco Lopes, no Senado na terça-feira. As forças a favor da indexação, porém, vão crescer junto com a inflação, prevê o deputado federal Paulo Paim (PT-RS).

## PROJETO

Paim é autor de um projeto de lei que corrige os salários pelos índices de inflação e eleva o salário mínimo para R\$ 208. “Vamos começar a nos mobilizar para votar o meu projeto porque sem ele o trabalhador será

prejudicado. Os preços estão subindo e os salários não podem ser corrigidos porque a lei que criou o real proíbe”, diz o deputado.

É justamente com a pressão social que o representante do Tesouro americano está preocupado. É óbvio que a desvalorização envolve aumento de preços e também de insatisfações da sociedade. Muita gente que pretendia viajar para o exterior já desistiu porque ficou muito mais caro. Queijos, vinhos e uísques estrangeiros não serão mais tão comuns na mesa da classe média brasileira e até o alimento mais básico, o pão nosso de cada dia, encareceu.

Sem indexação, os empresários podem repassar os aumentos de custos para seus preços, mas os assalariados não têm garantia que os aumentos serão compensados com reajuste nos salários. Vão gastar mais e provavelmente terão que consumir menos. E de certa forma é com isso que conta o governo. A redução de consumo é uma forma de deter a inflação.

Como a economia está em recessão e boa parte dos salários defasados, os comerciantes já vinham ten-

do dificuldade para vender e sabem que quem aumenta preço vende ainda menos. Isso desestimula a alta de preços. Para reforçar o controle da inflação, o governo subiu um pouco mais os juros básicos da economia, de 32,5% para 34% ao ano e analistas de mercado apostam que os juros continuarão subindo. Esta é a receita do FMI para enfrentar os efeitos da desvalorização.

## ACORDO

O presidente do Banco Central, Francisco Lopes, por três vezes durante sua sabatina no Senado, teve a oportunidade de defender o acordo e a linha econômica recomendada pelo Fundo, mas preferiu silenciar sobre o assunto. O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) observou que o FMI fracassou em vários países e está sendo criticado por economistas do mundo todo. “O governo brasileiro pode estar errando de novo em seguir o receituário do FMI?”, perguntou Dutra. Lopes não respondeu. Na réplica, Dutra tocou no assunto de novo e mais uma vez ficou sem resposta. O senador ainda mencionou a

falta de resposta sobre o FMI e mesmo assim Lopes preferiu calar.

O acordo internacional coordenado pelo FMI, que garantiu empréstimo de US\$ 41,5 bilhões para o Brasil, terá que ser revisto em consequência da desvalorização do real. O governo dos Estados Unidos teve papel de liderança tanto na negociação do pacote, que inclui 19 países, quanto na contribuição em dinheiro, entrando com US\$ 5 bilhões. Daí o interesse dos EUA nos desdobramentos da crise brasileira.

O ex-ministro da Fazenda e representante da corretora Merrill Lynch no Brasil, Marcílio Marques Moreira, depois de um encontro com o ministro da Fazenda, Pedro Malan ontem declarou: “O ministro e as demais autoridades estão confiantes que temos um caminho para o entendimento com o Fundo Monetário”.

Técnicos do FMI estão recolhendo informações sobre o país no Banco Central e nos ministérios da Fazenda e do Planejamento. Preparam terreno para a chegada de missão negociadora chefiada por Teresa Ter-Minassian.